

**Concessionária de Rodovias do Oeste
de São Paulo – ViaOeste S.A.**
(Companhia aberta)

Demonstrações Financeiras Referentes ao Exercício
Findo em 31 de dezembro de 2013 e Relatório dos
Auditores Independentes sobre as Demonstrações
Financeiras

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – VIAOESTE S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2013

Conteúdo

Relatório da Administração	3 – 17
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	18 – 19
Balancos patrimoniais	20
Demonstrações do resultado	21
Demonstrações do resultado abrangente	22
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	23
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	24
Demonstrações do valor adicionado	25
Notas explicativas às demonstrações financeiras	26 – 63

Relatório da administração

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, bem como, sumário dos trabalhos que a CCR ViaOeste vem desenvolvendo em busca do aprimoramento do relacionamento com seus usuários, comunidades lindeiras, Poder Concedente, demais públicos interessados e da superação dos limites de qualidade dos serviços prestados.

1. Mensagem à Sociedade

A CCR ViaOeste, empresa constituída em 1998, passou a integrar o Grupo CCR a partir do ano de 2005. A CCR ViaOeste administra 168,62 quilômetros de rodovias por onde trafegam diariamente mais de 600 mil veículos. O Sistema Castello-Raposo integra as rodovias Castello Branco, Raposo Tavares, Sen. José Ermírio de Moraes (Castelinho), além da rodovia Dr. Celso Charuri, beneficiando mais de 2,5 milhões de habitantes que utilizam o Sistema mensalmente. Essas rodovias constituem a principal ligação entre a capital e o oeste paulista. Adquirida em março de 2005, a CCR ViaOeste foi a sexta empresa a se incorporar ao Grupo CCR.

A CCR ViaOeste opera o sistema rodoviário concedido pelo Governo do Estado de São Paulo durante 24 horas, oferecendo conforto, fluidez e segurança aos usuários.

A CCR ViaOeste desenvolve também programas sociais, culturais, ambientais e esportivos, que são alinhados às iniciativas do Grupo CCR e beneficiam usuários e comunidades das cidades cortadas pelo Sistema Castello-Raposo. São projetos de educação para o trânsito, de qualidade de vida para os caminhoneiros e tantos outros que valorizam, sobretudo, a cidadania e preservação da vida. A Companhia também acredita e incentiva o esporte como fator de inclusão social, beneficiando diretamente moradores dos municípios localizados no entorno de suas rodovias. A CCR ViaOeste busca ainda, atuar diretamente nas áreas de maior carência cultural, levando produções brasileiras de qualidade para todas as regiões de sua abrangência, por meio de projetos circenses, cinema e teatro.

2. Dados Econômicos

Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior Veq¹

Em unid. ²	2013	2012	Var. %
Veículos Equivalentes	123.388.506	116.457.051	6,0
Veículos Leves (Eq)	67.532.234	64.738.989	4,3
Veículos Pesados (Eq)	55.856.272	51.718.062	8,0

1- Veículos Equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

2- Nas praças, onde a cobrança de pedágio é unidirecional, os seus volumes de tráfego foram dobrados para se ajustarem a aquelas que já adotam cobrança bidirecional. Esse procedimento fundamenta-se no fato de que uma cobrança unidirecional já incorpora na tarifa os custos de ida e volta.

Tráfego Consolidado (+6,0%)

O tráfego equivalente na CCR ViaOeste registrou crescimento de 6,0% em relação a 2012. Assim como nos últimos anos, a região de Sorocaba apresentou crescimento, acima da média, de 9,1% evidenciando o desenvolvimento da região. A Rodovia Castello Branco registrou acréscimo de 5,3% sobre 2012 ante 7,9% de acréscimo registrado na Rodovia Raposo Tavares, que se destaca pela movimentação de veículos de passeio em feriados prolongados.

Veículos de Passeio (+4,3%)

A movimentação de veículos de passeio apresentou crescimento de 4,3% sobre 2012. O destaque é a praça de Sorocaba, com crescimento de 9,1%, assim como as praças da Raposo Tavares com crescimento de 6,8%, evidenciando a movimentação de longa distância. A Rodovia Castello Branco registrou crescimento de 3,5%, influenciada pela movimentação urbana das praças de Osasco e Barueri que registraram menores índices de crescimento, 3,7% e 2,8%, respectivamente.

Veículos Comerciais (+8,0%)

A partir de 28 de julho de 2013 teve início a cobrança de eixo suspenso, que influenciou o crescimento registrado de 8,0% na movimentação de veículos pesados sobre 2012. Além disso, a partir do 2º trimestre houve uma recuperação no volume de exportação/importação dos municípios limieiros, assim como movimentação recorde de soja em maio de 2013 no Porto de Santos. No acumulado até novembro, verificou-se também alta nas movimentações de soja (+15,9%) e açúcar (+16,9%).

Receita operacional bruta

Receita bruta [R\$ mil]	2013	2012	Var. %
Receita de pedágio	871.260	807.723	7,9%
Receitas acessórias	11.815	11.644	1,5%
Receita operacional bruta total	883.075	819.367	7,8%
Receita de construção	35.906	28.575	25,7%
Receita bruta total	918.981	847.942	8,4%

Receita operacional líquida

A Receita operacional líquida (receita bruta total, exceto receita de construção) cresceu 7,7% em 2013 quando comparado ao ano de 2012, atingindo o valor de R\$ 806,7 milhões, sendo influenciada pelo crescimento de tráfego do sistema.

As deduções sobre a receita operacional bruta aumentaram em 8,1%, alcançando o valor de R\$ 76,4 milhões, impactadas principalmente pelo crescimento de 7,8% nas receitas operacionais. Os tributos incidentes são:

- ISS, cuja alíquota varia de um município para o outro, até o limite de 5% sobre a receita operacional bruta;
- PIS, cuja alíquota praticada atualmente, equivale a 0,65% de todas as receitas; e
- COFINS, cuja alíquota praticada atualmente, equivale a 3% de todas as receitas.

Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados é composto por:

- Depreciação e amortização, que são computados com base na vida útil e benefício econômico da curva de tráfego, limitados ao prazo da concessão;
- Custo de construção, que é o valor dos investimentos realizados na rodovia.
- Provisão de manutenção, que é o valor apropriado das futuras intervenções na rodovia para manter a qualidade e operacionalidade previstas no Contrato de Concessão;
- Custos da outorga pagos ao Poder Concedente, que incluem tanto valores fixos como valores variáveis, sendo os valores variáveis equivalentes a 3% da receita bruta mensal, excluídas as receitas financeiras;
- Custo com pessoal, que corresponde ao efetivo operacional para a prestação de serviços na rodovia; e
- Outros custos, seguro, aluguel, viagens, eletricidade, telecomunicações e água.

Despesas administrativas

As despesas administrativas são compostas primordialmente por salários e outros benefícios concedidos à nossa administração. O principal fator de influência nessa despesa é o número de funcionários.

3. Reajustes de tarifa de pedágio

Conforme as notícias veiculadas pela imprensa, o Governo do Estado de São Paulo decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas previstos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor. O Conselho Diretor da ARTESP deliberou, em 26 de junho de 2013, autorizar o reajuste das tarifas pela variação do IGPM (Fundação Getúlio Vargas) e definir várias medidas de compensação de seu impacto, pela: (i) utilização de 50% do valor de 3% previsto a título de ônus variável pago ao Estado para fins de fiscalização dos contratos; (ii) implementação da cobrança de tarifas relativas aos eixos suspensos dos caminhões que transitam nas rodovias estaduais; (iii) utilização parcial do ônus fixo devido ao Estado, caso necessário para complementar. Para efetivar tais deliberações, foram adotadas, até o momento, as seguintes medidas: (i) o secretário estadual de logística e transportes editou a Resolução SLT nº 4, de 22 de julho de 2013, regulamentando a cobrança dos eixos suspensos; (ii) o Conselho Diretor da ARTESP autorizou, em 27 de julho de 2013, o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% (equivalente a 50%) do ônus variável referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2013, e (iii) o Conselho Diretor da ARTESP decidiu, em 14 de dezembro de 2013, prorrogar por prazo indeterminado a autorização para o não recolhimento, pelas Concessionárias, de 1,5% (equivalente a 50%) do ônus variável. Outras deliberações ainda poderão ser adotadas pelo Estado para garantir a compensação efetiva do não reajuste das tarifas.

4. Riscos de Mercado

Nossas operações estão localizadas no Brasil e, portanto, as condições econômicas e políticas brasileiras podem afetar adversamente nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais.

Além disso, nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais podem ser afetados por outros fatores econômicos, tais como:

- Taxa de inflação;
- IGP-M, relativo a reajustes contratuais;
- TJLP, relativa a financiamentos na modalidade FINAME;
- CDI, relativo a empréstimos locais em Reais e a emissão de Debêntures;
- Políticas e variações cambiais;
- Ausência de crescimento econômico interno;
- Instabilidade social;
- Diminuição de liquidez dos mercados domésticos de capital e de empréstimo;
- Política monetária;
- Aumento nas taxas de juros;
- Instabilidade de preços, especialmente preço de combustíveis;
- Controles sobre importação e exportação;
- Política fiscal e alterações na legislação tributária; e
- Outras questões políticas, diplomáticas, sociais e econômicas no Brasil ou que afetem o Brasil.

Ademais, temos os seguintes pontos de atenção, como risco de crédito, isto é, decorrente da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, bem como o risco de estrutura de capital (ou risco financeiro), decorrente da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia fizer para financiar suas operações.

5. Projetos sociais

O relacionamento da CCR ViaOeste com seus diferentes públicos é reforçado por uma série de ações sociais, cujo objetivo é contribuir para a melhoria das condições de vida dos cidadãos em geral e, em especial, para o desenvolvimento dos municípios limdeiros, com reflexo direto em seus habitantes.

Os projetos que mais se destacaram em 2013, foram:

Projeto Estrada para a Saúde

O Programa Estrada para a Saúde é um Centro de Atendimento ao Caminhoneiro que funciona diariamente. Instalado na área de descanso do km 57 da Rodovia Castello Branco, oferece, gratuitamente, exames para classificação de tipo sanguíneo e fator Rh, verificação de glicemia, colesterol, triglicérides e pressão arterial, acuidade visual, cálculo de IMC, consultas especializadas com enfermeiros e cuidados da saúde bucal (tratamento odontológico preventivo, limpeza e restaurações), além de dispor de outros serviços como corte de cabelo e massagem bioenergética. Além disso, o local oferece uma área de descanso aos motoristas, com lavanderia, chuveiros e um amplo estacionamento para 50 carretas, com infraestrutura para atender cargas frigoríficas.

Realizado desde novembro de 2002, o programa rendeu à CCR ViaOeste, em 2003, o prêmio Top Social da Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVB). Em 2013, foram atendidos 4.822 caminhoneiros, totalizando 18.522 atendimentos desde sua implantação.

Projeto Estrada para Cidadania

Iniciado em 2007, o Programa Estrada para a Cidadania consiste em um conjunto de ações de caráter educacional que visa levar informações sobre segurança de trânsito, cidadania e meio ambiente aos alunos das 4ª e 5ª séries das redes públicas municipais de ensino fundamental. Conta com a parceria das Prefeituras Municipais através das Secretarias de Educação e Trânsito, além da Polícia Militar Rodoviária.

O programa foi idealizado com o foco voltado para o ser humano, visando à valorização da criança como um importante multiplicador para uma maior consciência social e mudança de comportamento com vistas a um trânsito seguro e a preservação ambiental.

Projeto Karatekinha do Brasil

Projeto que oferece aulas de karatê para crianças e adolescentes de 5 a 18 anos, no contra-turno escolar. Além da prática esportiva, são oferecidas atividades culturais e de lazer, realização de encontros com os pais, além de encaminhamento para cursos de qualificação profissional, através de parcerias com instituições de ensino. Aulas de espanhol, inglês, informática, música, biblioteca e recreações (jogos, brinquedos, vídeo-game, etc.). Os critérios para oferecimento das atividades são avaliações do desempenho escolar e do comportamento e participação em casa e nas aulas oferecidas pela associação.

Projeto Buzum – Teatro sobre Rodas

O projeto BUZUM consiste em um teatro de bonecos de pau dentro de um ônibus adaptado. O espetáculo apresentado foi “O mundo português”, que contou de forma bem humorada o caminho da língua portuguesa ao redor do mundo e em quais países se fala português e porquê. O espetáculo itinerou por 17 cidades, atendendo 11.220 crianças.

Vania e Vanira

Este programa promove educação e desenvolvimento, através do Basquetebol, trabalhando eixos físicos, sociais e psicológicos. Em 2013 foram atendidas 350 crianças das cidades de Cotia, Mairinque, Sorocaba e Votorantim.

Fundação Tênis

Desenvolvimento de valores e personalidade, através do esporte, por intermédio da prática sistemática e disciplinada do Tênis. Em 2013 foram atendidas 88 crianças em Santana de Parnaíba.

Pintura Solidária

Inclusão cultural e promoção da igualdade e dignidade, através de oficinas de pinturas. Em 2013 foram atendidas 1.422 pessoas, entre crianças, jovens e idosos.

Ler é uma viagem

Projeto de contação de histórias em sala de aula com música ao vivo. Este ano foi apresentado o livro Dom Quixote das Crianças, de Monteiro Lobato. Realizado em agosto, atendeu cerca de 300 alunos.

Teatro a Bordo

O Teatro a Bordo é um caminhão-palco que viaja carregado de histórias, personagens e lendas. No cenário itinerante cabem peças de teatro, cinema e oficinas educativas. Também é dada oportunidade para o artista da cidade. Tiveram acesso aos espetáculos 850 pessoas.

Tocas

Aulas de música para crianças e adolescentes de baixa renda. O projeto é realizado em Itu para 80 alunos.

Teatro de Mãos Dadas

Apresentação de Teatro que visa promover conceitos de cidadania, com foco principal nas questões de segurança viária (cinto de segurança, travessia segura e empinar pipas sem cerol), realizado voluntariamente por colaboradores da empresa mediante agendamento via Relacionamento com Prefeituras, Secretarias de Cultura e Educação, das cidades do entorno das rodovias.

Campanhas

Contribuição social para com as comunidades onde atua - por meio da realização de campanhas de arrecadação de ovos de páscoa, brinquedos e agasalhos que são doados às entidades filantrópicas e às comunidades carentes existentes ao longo das rodovias administradas pela CCR ViaOeste.

Ações realizadas em 2013:

Páscoa - Doação de Ovos de Páscoa aos fundos sociais e comunidades do entorno da CCR ViaOeste, totalizando 5.000 ovos distribuídos a 11 Instituições.

Doação de Agasalhos aos fundos sociais e comunidades do entorno da CCR ViaOeste, em atendimento a meta da ARTESP, totalizando 16.220.

Dia da criança - Doação de Brinquedos aos fundos sociais e comunidades do entorno da CCR ViaOeste, totalizando 3.920 brinquedos distribuídos a 6 Instituições.

Natal - Doação de Brinquedos aos fundos sociais e comunidades do entorno da CCR ViaOeste, totalizando 3.710 brinquedos.

6. Recursos Humanos / Geração de Empregos

Atendendo às diretrizes do Grupo CCR, de valorizar a mão-de-obra regional, a CCR ViaOeste tem priorizado a geração de empregos entre moradores das cidades lindeiras ao Sistema Castello-Raposo.

Atualmente, a empresa gera, em toda a região de influência de suas rodovias, 797 empregos diretos, contribuindo para o desenvolvimento econômico dos 16 municípios ao entorno das rodovias sob sua administração.

Preocupada com a capacitação de seus funcionários para o exercício de suas funções, e com o objetivo de aprimorar a qualidade e o desempenho individual, a CCR ViaOeste investe no desenvolvimento de sua equipe, proporcionando convênios junto a entidades de ensino universitário e treinamentos diversos.

Pessoal

Em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013, tínhamos respectivamente 834, 783 e 797 colaboradores em tempo integral. A tabela a seguir contém dados consolidados referentes aos nossos colaboradores:

Categoria	2013	2012	2011
Administração	111	113	104
Manutenção	54	48	55
Operação	632	622	675
TOTAL	797	783	834

O nosso vínculo sindical é com o Sindicato dos Empregados nas Empresas Concessionárias no Ramo de Rodovias e Estradas em Geral do Estado de São Paulo.

Não houve greve e nenhuma paralisação das atividades nos últimos anos. Não há atualmente nenhuma reivindicação trabalhista relevante pendente contra nós, no tocante às relações com o sindicato. O reajuste salarial para o período 2013/2014 foi de 5,5%. O salário normativo da categoria é de R\$ 832 (oitocentos e trinta e dois reais).

Conferimos aos nossos Colaboradores, nos termos de nossa política de benefícios, plano de previdência privada pela CCR Prev PGBL e VGBL (contribuição definida) administrado pelo Itaú Vida e Previdência S/A e outros benefícios sociais como programas de auxílio e ou suplementares ao bem estar social desses e de seus dependentes legais. Esses programas estão em conformidade com as práticas de mercado, exigências legais e acordos coletivos.

Não há planos de opção de compra de ações internamente.

Os programas da CCR ViaOeste relacionados à Segurança e Medicina do Trabalho (PCMSO e PPRA) estão em conformidade com a legislação.

Treinamento e desenvolvimento profissional

Dentre os treinamentos realizados, destacamos alguns como:

- **SuperInteração:** que visa proporcionar aos colaboradores uma visão ampliada do negócio e a disseminação das metas pactuadas para o ano;
- **Semana Interna do Transito:** com o intuito de divulgar conceitos de direção defensiva;
- **Inspiração:** evento realizado com o grupo de análise e gestão para promover a interação das áreas e a participação no processo de avaliação de competência, proporcionando aos colaboradores um plano de desenvolvimento individual.

Neste ano, as ações de T&D somaram 14.536 horas de treinamento.

Programa qualidade de vida no trabalho

Programa que visa proporcionar aos colaboradores, por meio de um sistema integrado e contínuo, ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida e para a manutenção de um ambiente de trabalho mais saudável, com vistas ao pleno desenvolvimento do exercício de suas funções.

Os programas aplicados em 2013 foram:

- **Massoterapia no Ambiente de Trabalho:** Realizada duas vezes por semana na sede administrativa.
- **GAT – Ginástica no Ambiente do Trabalho:** Realizada nos postos de trabalho duas vezes por semana durante a jornada de trabalho, a fim de compensar as regiões de maior sobrecarga e ativar as menos utilizadas.

- **PROCOFI – Programa de Condicionamento Físico:** Programa de condicionamento físico destinado aos colaboradores do APH (Atendimento Pré-Hospitalar) e Guincho. Realizado nas bases do APH e visa promover uma melhora do condicionamento físico do colaborador, a fim de evitar lesões ao executar a atividade. O treino tem forte embasamento na ginástica funcional e é acompanhado por um educador físico.
- **Programa Coração Saudável:** Exames clínicos destinados a 100% de nossos colaboradores no ano de 2013, que permitiram identificar grupos de risco, os quais foram tratados de forma individualizada, através de acompanhamentos nutricionais e médicos, educando para práticas e hábitos mais saudáveis.
- **Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho Meio Ambiente e Saúde:** programa destinado a 100% dos colaboradores através de atividades temáticas relacionadas à promoção da saúde e qualidade de vida por meio de parcerias firmadas com empresas e organizações não governamentais, bem como o início das realizações dos exames médicos periódicos e avaliações físicas. Foram disponibilizados os seguintes serviços: corte e escova de cabelo, manicure, design de sobrancelhas, teste de estresse, avaliação oftalmológica, massagem, vacina antigripal, limpeza de pele, avaliação em saúde bucal e aplicação de flúor, entre outras atividades gratuitas.
- **Programa Estrada para o Futuro:** Inclusão e capacitação de 16 jovens aprendizes ao longo de 2013.
- **Programa de Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais (PNE):** Manutenção, inclusão e desenvolvimento dos profissionais no mercado de trabalho.
- **Programa de Orientação às Gestantes:** O programa atendeu 14 gestantes, todas colaboradoras da CCR ViaOeste. As futuras mães receberam orientações psicológicas e sociais, além de informações relacionadas à correta alimentação, para ela e o bebê.

7. Desenvolvimento regional

ISSQN repassado aos municípios

Em 2013, a CCR ViaOeste recolheu aproximadamente R\$ 44,1 milhões em ISSQN – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza aos cofres dos municípios que fazem parte do Sistema que administra: Alumínio, Araçariguama, Araçoiaba da Serra, Barueri, Cotia, Itapevi, Itu, Jandira, Mairinque, Osasco, Santana de Parnaíba, São Paulo, São Roque, Sorocaba, Vargem Grande Paulista e Votorantim que, juntos, somam mais de 2,5 milhões de habitantes, proporcionando a possibilidade de mais empregos, melhores salários, segurança e desenvolvimento econômico e social.

O gráfico a seguir demonstra os valores recolhidos pela CCR ViaOeste a esses municípios nos últimos dez anos:



8. Meio ambiente

A preservação ambiental tem sido uma das preocupações da CCR ViaOeste, que realiza plantio de mudas em cumprimento com suas obrigações compensatórias, repondo espécies nativas - que sofrem intervenções das obras - por mudas plantadas no entorno das rodovias ou em locais apropriados e preservados.

Também são realizados projetos voltados para a conscientização, contribuindo com a preservação do meio ambiente. As principais atividades realizadas durante o ano de 2013 foram:

- **Programa de Controle Ambiental** - Programa que estabelece as diretrizes e assegura o cumprimento das especificações técnicas e das normas ambientais durante as obras de implantação da rodovia, a fim de garantir as condições ambientais adequadas nas áreas de entorno. Esses cuidados continuam nas fases de conservação e operação, definindo as competências e responsabilidades na gestão ambiental do empreendimento. O Programa de Controle Ambiental objetiva instaurar um processo de análise em todas as atividades e processos operacionais desenvolvidos na rodovia, definindo de maneira sistemática uma estratégia de mitigação das consequências dos impactos ambientais e sociais, bem como os riscos à saúde ocupacional e à segurança do trabalho. Além disso, o programa considera atividades realizadas em condições normais e anormais de operação, bem como condições de emergência e aspectos ambientais das atividades.
- **Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas e Reflorestamento** - Projeto de recuperação de áreas degradadas e conscientização da comunidade sobre questões relacionadas à preservação do meio ambiente e reflorestamento das matas ciliares. As ações desenvolvidas nos Projetos de Compensação Ambiental resultaram no plantio de 20.955 mudas.
- **Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos** - O principal objetivo deste plano é estabelecer um tratamento ambientalmente adequado e seguro aos resíduos sólidos perigosos e não-perigosos gerados nas atividades de operação das rodovias, de forma consciente e eficiente, visando o atendimento à legislação ambiental aplicável, a proteção de nossos colaboradores e a Nova Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Em 2013, implantamos o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) e até 2014, de acordo com nossas diretrizes corporativas, teremos a implantação completa do programa, bem como o tratamento dos resíduos perigosos e não perigosos, de todas as nossas atividades operacionais, as quais estão dentro de um programa que considera as práticas de redução, reaproveitamento, reciclagem, destinação para aterros sanitários especializados.

Elaboração do Sistema de Gestão Ambiental, Saúde Ocupacional e Segurança – SGASS. O SGASS demonstra as nossas responsabilidades através de programas e ações que colaboram com o desenvolvimento econômico, qualidade de vida, conservação ambiental, segurança e saúde, atendendo as necessidades presentes e futuras. Durante o ano de 2013, realizamos a primeira auditoria deste Sistema para avaliação da maturidade e eficácia dos programas de segurança, saúde e meio ambiente.

- **Criação do Comitê de Sustentabilidade da CCR ViaOeste** - Tem a missão de transformar diretrizes corporativas em planos de ação de sustentabilidade e o objetivo de garantir a execução dos mesmos. Este comitê é composto pelo Diretor Presidente, Diretor e Gestores das principais áreas da empresa. As reuniões para discussão dos principais temas e ações relacionados à Sustentabilidade ocorrem todas as terças-feiras, em conjunto com a reunião de gestão; nela são apresentados os principais resultados, bem como as necessidades de melhorias e diretrizes traçadas pela Diretoria para as providências necessárias.
- **Área específica para o desenvolvimento das atividades de Sustentabilidade** – Visando a melhoria contínua dos processos, a CCR ViaOeste criou em 2011 uma nova área, responsável por implantar e aplicar práticas de sustentabilidade como parte estratégica em projetos e atividades, além de estruturar e viabilizar ações de sustentabilidade a partir de processos implantados nas atividades operacionais das rodovias atendendo suas obrigações contratuais, legais e seus clientes internos e externos e ainda implantar melhorias e eliminar riscos com foco nas principais externalidades, buscando o equilíbrio entre os três pilares da Sustentabilidade – Ambiental, Social e Econômico.

9. Segurança Viária

A CCR ViaOeste atua, não somente no gerenciamento e na promoção de melhorias das rodovias, mas também no desenvolvimento de condições de segurança e conforto aos usuários e às comunidades lindeiras. Essas ações têm contribuído positivamente com a estatística de acidentes do Sistema Castello-Raposo. Em 1998, primeiro ano de concessão, houve registro de 96 óbitos, sendo que em 2013 foram 63, uma redução de 34%.

Dentre as ações desenvolvidas em 2013 na área de segurança no trânsito, destacam-se:

- **Zero Álcool** – Programa desenvolvido em parceria com a Polícia Militar Rodoviária e o Instituto de Ortopedia e Traumatologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), com o objetivo de reduzir o número de acidentes no Sistema Castello-Raposo que tenham como causa a associação de álcool e direção por intermédio de duas frentes de atuação:
 - **Ações coercitivas:** identificação e notificação de condutores embriagados por meio de parceria com a Polícia Militar Rodoviária;
 - **Ações educativas:** trabalho de conscientização na região lindeira, com realização de palestras e divulgação de material educativo para prevenção de acidentes de trânsito provocados pelo consumo de álcool.

Ao longo de 2013 foram distribuídos um total de 140.000 folhetos (material informativo) nas praças de pedágio e nas ações educativas, além da execução de palestras e seminários.

Este programa também contempla a distribuição de bafômetros descartáveis. Neste ano foram distribuídos 1.000 bafômetros aos clientes do Sistema Castello-Raposo durante o período de Carnaval.

- **Projeto Cinto de Segurança** - o uso do cinto de segurança, de acordo com o artigo nº 65 do Código de Trânsito Brasileiro, é obrigatório para todos os ocupantes de veículos, em todas as vias do território nacional. A partir dessa necessidade e com o objetivo de minimizar a gravidade dos acidentes, a CCR ViaOeste desenvolve ações educativas sobre a correta utilização do cinto de segurança, inclusive no banco traseiro dos veículos. As ações são realizadas pela Equipe de Interação com o Cliente, no atendimento ao usuário, com distribuição de informativos educativos e orientação complementar. Em 2013 foram distribuídos 104.000 folhetos.
- **Projeto Neblina** - Esse projeto prevê a veiculação de mensagens educativas para os motoristas sobre os procedimentos que devem ser adotados na rodovia quando há formação de neblina. A ação se dá por meio da distribuição de folhetos educativos nas praças de pedágio, faixas instaladas ao longo das rodovias e veiculação de mensagens nos painéis móveis, ocorrendo formação de “comboios” com apoio da Polícia Militar Rodoviária sempre que necessário. Em 2013, 48.000 folhetos educativos foram distribuídos.
- **Projeto Queimada** - este projeto vem sendo desenvolvido pela CCR ViaOeste desde 1999, entre os meses de junho e agosto, período em que eventos envolvendo incêndio nas matas, localizadas nas proximidades das rodovias, crescem sensivelmente por ocasião do período de seca, aumentando assim os riscos de acidentes. Nesse projeto há distribuição de material educativo e orientação quanto aos cuidados necessários para evitar o aparecimento de focos de incêndio. Foram distribuídos 48.000 folhetos em 2013.
- **Pedala Certo** - voltado aos ciclistas, em decorrência do aumento desse meio de transporte nas rodovias, principalmente nas marginais leste/oeste da Rodovia Presidente Castello Branco. Suas principais atividades são abordagem e distribuição de informativo, como também, distribuição de adesivos refletivos. Neste ano, foram efetuadas 331 abordagens diretas aos ciclistas.
- **Projeto Motociclista** - campanha educativa que visa conscientizar os motociclistas sobre as questões de como manter uma direção responsável e segura (defensiva), quer estejam na cidade, quer estejam nas rodovias. A CCR ViaOeste realiza campanha educativa com distribuição de folhetos e implantação de faixas informativas. No ano de 2013, mais de 8.862 motoqueiros foram orientados.
- **Projeto Pirlampo** - com a realização desta ação, a CCR ViaOeste busca conscientizar os caminhoneiros sobre a importância de executar a manutenção das lâmpadas traseiras dos caminhões minimizando, deste modo, os riscos de acidentes, principalmente no período da noite. Foram realizadas 08 ações nos postos de serviço em 2013, com 1.426 caminhoneiros abordados e 221 trocas de lâmpadas.
- **Projeto Travessia Segura** - essa ação está voltada para todos os pedestres que moram ou circulam nas proximidades do Sistema Castello-Raposo. Essa ação acontece por meio da distribuição de panfletos impressos com dicas de segurança para pedestres, informando sobre como circular e atravessar as rodovias com segurança. Estes folhetos são distribuídos em pontos específicos, por instrutores e colaboradores da CCR ViaOeste. No ano, foram orientados 992 pedestres.
- **Pista Molhada** - visa orientar como o condutor de veículos deve se comportar sobre o piso molhado e os cuidados que deve ter na manutenção do seu veículo. No ano, foram distribuídos 29.000 mil folhetos nas praças de pedágios.
- **Uso Correto do Acostamento** - seu principal foco é conscientizar e orientar os motoristas quanto ao uso correto do acostamento. No ano, foram distribuídos 42.500 informativos nas praças de pedágios.

- **Pipa** – conscientização sobre os perigos de soltar pipa nas proximidades da rodovia. Foram orientados 39 praticantes desta atividade, nos locais de maior incidência.
- **Animais** - orientação aos proprietários de áreas no entorno da rodovia sobre a importância de manter as cercas sempre em perfeito estado, evitando que seus animais fujam causando acidentes na rodovia. Neste ano, 13 proprietários foram orientados.
- **Mantenha-se a Direita** - orientação ao motorista de veículos pesados a utilizarem as faixas da direita, com objetivo de reduzir o número de acidentes, principalmente colisão traseira. Foram distribuídos 38.000 folhetos em 2013.
- **Pane Seca** - orientação aos motoristas sobre a importância de verificarem a existência de combustível suficiente para chegarem ao local de destino. Neste ano foram distribuídos 58.000 folhetos.

10. Investimentos

A CCR ViaOeste já investiu, em valores atualizados, cerca de R\$ 3,0 bilhões na infraestrutura rodoviária desde 1998, nas rodovias do Sistema Castello-Raposo (valores apontados no próximo gráfico são históricos). Os investimentos, principalmente aqueles em obras de grande porte, têm contribuído significativamente para melhoria da qualidade de vida e segurança da população lideira e dos usuários em geral. Dentre os principais investimentos desde o início da concessão, destacam-se:

- **Marginais da Rodovia Presidente Castello-Branco (SP-280)** - foram construídos 20 km de rodovia, com quatro faixas e pavimento em concreto;
- **Melhorias na Rodovia Presidente Castello-Branco (SP-280)** - foram implantadas passarelas, executados recapeamentos, sinalizações, prevenção contra animais nas pistas, instalação de painéis de mensagens variáveis, radares, etc;
- **Rodovia Raposo Tavares (SP-270) - duplicação trecho Sorocaba** – foram duplicados e integralmente abertos ao tráfego 24 km na região de Sorocaba e Araçoiaba da Serra;
- **Rodovia Raposo Tavares (SP-270) - duplicação trecho Cotia** – foram duplicados e integralmente abertos ao tráfego 12 km na região de Cotia;
- **Rodovia Senador José Ermírio de Moraes (SP-075)** - foram realizadas obras de recuperação de pontes e viadutos, recapeamentos, sinalizações, etc;
- **Rodovia Dr. Celso Charuri (SP-091)** - foram construídos 6 km de rodovia em pista dupla, que interligou a Senador Jose Ermírio de Moraes (SP-075) com a Raposo Tavares (SP-270). Esse trecho permitiu que veículos trafegassem entre as duas rodovias, contornando a cidade de Sorocaba e desafogando o tráfego urbano;
- **Rodovia Raposo Tavares (SP-270) - Contornos de São Roque e de Brigadeiro Tobias** – iniciados no ano de 2006, a construção de 6,3 km de via, com 9 viadutos, 1 túnel e 1 passarela, permite melhor qualidade de vida e segurança para a população da região e usuários da rodovia;
- **Projeto Cebolão - Rodovia Castello Branco (SP-280)** - construção de mais uma ponte sobre o Rio Pinheiros, com adequação das faixas de acesso à Marginal Tietê, além da completa reformulação do trevo de Jandira e Itapevi e a reconfiguração das praças de pedágio dos km 18, 20 e 33, com redução das tarifas de pedágio de até 57%;

- **Revitalização do pavimento da Marginal Castello-Branco (SP-280)** - Recuperação de 23 km de pavimento rígido de concreto das Marginais da Castello-Branco. Esse investimento proporciona maior conforto e segurança aos usuários.
- **Outros** – frota de 78 veículos operacionais; 29 painéis de mensagens variáveis, sendo 22 fixos e 7 móveis; 74 câmeras de vídeo para monitoração de tráfego; 150 câmeras de segurança das praças; 338 câmeras para controle de evasão de pedágio; 291 telefones de emergência; 250 km de cabos de fibra óptica em rodovia e um centro de controle operacional que monitora as rodovias 24 horas por dia.



As principais obras de 2013, um ano com intenso volume de investimentos, foram:

- **Rodovia Raposo Tavares (SP-270) – 3ª Restauração de Pavimento** - Implantação das marginais de Sorocaba km 92 ao km 95. Esta obra visa atender aos níveis de serviço devido à alta demanda de tráfego rodoviário local, além de separar o tráfego de longa e curta distância e melhorar o tráfego da pista expressa, proporcionando aos usuários maior conforto e fluidez.
- **Rodovia Raposo Tavares (SP-270) – Recuperação de Obras de Artes Especiais 2013** – 24 recuperações de OAE's concluídas, além de trabalho para restauração de juntas de dilatação.
- **Rodovia Presidente Castello Branco (SP-280) – Estabilização de Terraplenos** – 30 obras de estabilização de taludes concluídas. Intervenções, restaurações e manutenção contratual para estabilizações de terraplenos do Sistema Castello Raposo.
- **Rodovia Presidente Castello Branco (SP-280) – Implantação de Dispositivo de Retorno** – Implantação de dispositivo de retorno com a execução de 01 viaduto (87,75m de extensão) e um muro de contenção em terra armada (235m de extensão e com altura máx. 14m) diminuindo o tempo e a distancia de retorno favorecendo os usuários da rodovia e os lindeiros regionais.
- **Rodovia Presidente Castello Branco (SP-280) – Remodelação do PGF** – 2ª fase da remodelação do Posto Geral de Fiscalização (balança).

- **Rodovia Presidente Castello Branco (SP-280) – Implantação de 4ª Faixa** – Obra em execução de 4,00 km de faixa adicional nos Km 25 ao km 26 e km 28,5 ao km 31,5 - Pista Leste, melhorando a fluidez da rodovia.

11. Comunicação com o usuário

A CCR ViaOeste ouve e orienta seus usuários através de diversos canais de comunicação, como:

- **0800 701 5555:** chamadas gratuitas para nossa central de atendimento (via telefone ou *call box*), que atende 24 horas por dia, 7 dias por semana. Atendimento aos usuários que necessitam de qualquer tipo de informação sobre as condições do trecho concessionado pela CCR ViaOeste, bem como outras dúvidas, reclamações e sugestões. Em 2013 tivemos um total de 536.030 ligações totais (média mensal de 44.669), sendo 121.687 atendidas diretamente por nossos colaboradores e 414.343 atendidas pela Unidade de Resposta Audível (URA), com informações sobre o tráfego das rodovias.
- **Internet:** “Fale Conosco”, por meio do site www.viaoeste.com.br. Em 2013 atendemos e tratamos 1.284 manifestações via fale conosco (média mensal 107);
- **Casa do Usuário:** postos de atendimento localizados em pontos estratégicos para conforto de nossos usuários, tais como km 24 da Rodovia Castello-Branco (sentido interior-capital), km 34+200 da Rodovia Raposo Tavares (sentido capital-interior) e km 8,5 da Rodovia Senador José Ermírio de Moraes (sentido Sorocaba). A Casa do Usuário é equipada com toaletes, fraldários e mapas informativos. No ano de 2013, 268.512 usuários foram atendidos nestes postos.
- **Ouvidoria:** importante canal de comunicação entre o usuário e a Diretoria da Concessionária, que de acordo com as manifestações que recebe, gera importante ferramenta de gestão para diversas áreas, sobretudo operacionais. Por meio deste canal, o usuário pode registrar suas manifestações e receber a resposta no prazo máximo de três dias. Em 2013, a Ouvidoria tratou 5.969 manifestações (média de 497 por mês), oriundas de nossos diversos canais de comunicação: 0800, Casa do Usuário, e-mail, site, telefone e visitas pessoais. Após o recebimento da manifestação (elogio, sugestão, reclamação, pedido de ressarcimento), a Ouvidoria, em conjunto com cada área técnica, avalia o assunto e dá o devido tratamento a cada tipo de caso, bem como o retorno ao usuário. O escopo do trabalho da Ouvidoria é cuidar adequadamente de cada manifestação recebida dos usuários, auxiliando no trabalho contínuo de aprimoramento de nossos serviços.
- **Telefones de emergência (CallBox):** são 295 aparelhos instalados ao longo das rodovias Presidente Castello-Branco (SP 280), Celso Charuri (SP 091), Senador José Ermírio de Moraes (SP 075) e Raposo Tavares (SP 270). Em 2013, o serviço 0800 tratou 14.654 chamados feitos por este canal (média mensal de 1.221).

12. Considerações Finais

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no princípio de que, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

As demonstrações financeiras da Concessionária, aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

13. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº. 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

14. Agradecimentos

A Administração da CCR ViaOeste agradece a todos que contribuíram para o alcance dos objetivos e resultados apresentados, em especial aos Acionistas, ao Poder Concedente, aos Órgãos Federais, Estaduais e Municipais, aos Usuários, Fornecedores e Instituições Financeiras. À nossa equipe de Colaboradores, nosso muito obrigado pela dedicação, esforço e resultados alcançados.

Barueri, 19 de fevereiro de 2014

A Administração

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – Via Oeste S.A.

Barueri - SP

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – Via Oeste S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária de Rodovias do

Oeste de São Paulo – Via Oeste S.A. (“Companhia”) em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (“DVA”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2014.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

José Roberto P. Carneiro
Contador
CRC nº 1 SP 109447/O-6

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S.A.
(Companhia aberta)

Balanco patrimonial

em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2013	2012	Passivo	Nota	2013	2012
Circulante				Circulante			
Caixas e equivalentes de caixa	6	171.226	19.802	Financiamentos e arrendamento mercantil	13 e 18	228	798
Contas a receber	7	1.858	1.676	Debêntures e notas promissórias	14	430.086	181.668
Contas a receber - partes relacionadas	10	47.908	41.861	Fornecedores	15	14.680	17.757
Tributos a recuperar		2.113	3.067	Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	10	37	2.602
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	3.297	3.297	Impostos e contribuições a recolher	16a	57.969	31.294
Despesas antecipadas		2.618	2.764	Obrigações sociais e trabalhistas		9.857	9.402
Outros créditos		<u>2.062</u>	<u>685</u>	Impostos e contribuições parcelados	16b	6.515	6.147
Total do ativo circulante		<u>231.082</u>	<u>73.152</u>	Provisão de manutenção	19	18.648	18.240
				Obrigações com o poder concedente	25	1.147	2.092
				Outras contas a pagar		<u>5.847</u>	<u>6.894</u>
				Total do passivo circulante		<u>545.014</u>	<u>276.894</u>
Não circulante							
Realizável a longo prazo				Não circulante			
Depósitos judiciais		2.640	1.745	Financiamentos e arrendamento mercantil	13	321	548
Despesas antecipadas de outorga fixa	9	100.219	82.336	Debêntures	14	461.487	679.845
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	26.376	29.673	Impostos e contribuições parcelados	16b	51.811	55.213
Outros créditos		438	105	Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	10	189	-
		<u>129.673</u>	<u>113.859</u>	Adiantamento para aumento de capital - partes relacionadas		1.724	1.724
				Impostos diferidos	8b	61.095	61.056
Imobilizado	11	62.311	66.812	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	17	2.253	2.338
Intangível	12	<u>1.035.738</u>	<u>1.085.559</u>	Provisão de manutenção	19	13.367	14.079
				Obrigações com o poder concedente	25	5.774	6.862
				Outras contas a pagar		<u>1.121</u>	<u>1.334</u>
Total do ativo não circulante		<u>1.227.722</u>	<u>1.266.230</u>	Total do passivo não circulante		<u>599.142</u>	<u>822.999</u>
				Patrimônio líquido			
				Capital social integralizado	20a	139.763	139.763
				Reservas de capital	20c	2.677	2.677
				Reservas de lucros	20b	139.208	97.049
				Dividendos Adicionais Propostos		<u>33.000</u>	<u>-</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>314.648</u>	<u>239.489</u>
Total do ativo		<u><u>1.458.804</u></u>	<u><u>1.339.382</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>1.458.804</u></u>	<u><u>1.339.382</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S.A.
(Companhia aberta)

Demonstração do resultado

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2013	2012
Receitas	21	842.566	777.249
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(35.906)	(28.575)
Provisão de manutenção	19	(11.785)	(11.476)
Depreciação e amortização		(77.555)	(70.663)
Custo da outorga		(60.296)	(62.738)
Serviços		(48.152)	(46.435)
Custo com pessoal		(33.474)	(33.015)
Materiais, equipamentos e veículos		(8.195)	(7.646)
Outros		(12.644)	(14.507)
		<u>(288.007)</u>	<u>(275.055)</u>
Lucro bruto		554.559	502.194
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal		(14.470)	(12.686)
Serviços		(25.138)	(33.684)
Materiais, equipamentos e veículos		(1.030)	(1.007)
Depreciação e amortização		(15.623)	(14.361)
Outros		(14.178)	(11.021)
		<u>(70.439)</u>	<u>(72.759)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		484.120	429.435
Despesas financeiras	22	(78.764)	(89.343)
Receitas financeiras	22	12.273	8.418
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		417.629	348.510
Imposto de renda e contribuição social - correntes	8a	(139.806)	(106.609)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	8a	(39)	(10.805)
Lucro líquido do exercício		<u>277.784</u>	<u>231.096</u>
Lucro líquido por ação - básico e diluído			
Ações ordinárias	20d	0,01893	0,01570
Ações preferenciais	20d	0,02082	0,01730

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S.A.
(Companhia aberta)

Demonstração do resultado abrangente

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro líquido do exercício	277.784	231.096
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>277.784</u>	<u>231.096</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reserva de Capital			Reserva de Lucros		Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
		Capital social	Ágio na Incorporação	Incentivos Fiscais	Legal	Retenção de lucros			
Saldos em 1º de janeiro de 2012		139.763	2.642	35	27.953	111.549	125.000	-	406.942
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	231.096	231.096
Distribuição de dividendos em 31 de maio de 2012	20.e	-	-	-	-	(111.549)	(125.000)	-	(236.549)
Destinações:									
Dividendos Intermediários em 29 de outubro de 2012	20.e	-	-	-	-	-	-	(162.000)	(162.000)
Reserva de retenção de lucros	20.b	-	-	-	-	69.096	-	(69.096)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012		139.763	2.642	35	27.953	69.096	-	-	239.489
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	277.784	277.784
Distribuição de dividendos em 29 de abril de 2013	20.e	-	-	-	-	(40.000)	-	-	(40.000)
Destinações:									
Dividendos Intermediários em 30 de outubro de 2013	20.e	-	-	-	-	-	-	(162.625)	(162.625)
Dividendo adicional proposto		-	-	-	-	-	33.000	(33.000)	-
Reserva de Retenção de Lucros	20.b	-	-	-	-	82.159	-	(82.159)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013		139.763	2.642	35	27.953	111.255	33.000	-	314.648

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S.A.
(Companhia aberta)

Demonstração dos fluxos de caixa

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

	2013	2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	277.784	231.096
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	39	10.805
Apropriação de despesas antecipadas	3.297	3.297
Depreciação e amortização	79.948	72.713
Baixa do ativo imobilizado	501	72
Baixa do ativo intangível	-	734
Amortização do direito da concessão	13.230	12.311
Juros sobre debêntures, notas promissórias, financiamentos e arrendamento mercantil	71.873	78.747
Varição monetária sobre debêntures, empréstimos e financiamentos	-	4.108
Capitalização de custo de empréstimos	(2.914)	(3.488)
Constituição da provisão de manutenção	11.785	11.476
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	3.776	3.703
Constituição e juros sobre riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	208	1.074
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	189	(17)
Juros sobre impostos parcelados	3.448	4.275
	185.380	199.810
Varição nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	(371)	(147)
Contas a receber - partes relacionadas	(6.047)	(1.732)
Impostos a recuperar	954	(1.169)
Despesas antecipadas outorga fixa	(17.883)	(16.571)
Despesas antecipadas	146	-
Outras contas a receber e depósitos judiciais	(2.605)	11
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	6.484	(3.337)
Fornecedores e contas à pagar - partes relacionadas	(2.376)	467
Obrigações sociais e trabalhistas	455	1.733
Impostos e contribuições a recolher, parcelados e provisão para imposto de renda e contribuição social	108.273	99.336
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(88.080)	(90.243)
Liquidação de provisão de riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	(293)	(917)
Obrigações com o poder concedente	(2.033)	(1.930)
Realização da provisão de manutenção	(15.865)	(12.264)
Outras contas a pagar	(1.260)	(1.469)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	442.663	402.674
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(8.405)	(25.180)
Adições ao ativo intangível	(37.599)	(2.888)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(46.004)	(28.068)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(202.625)	(398.549)
Financiamentos, debêntures, notas promissórias e arrendamento mercantil		
Captações	199.675	773.663
Pagamentos de principal	(176.042)	(663.892)
Pagamentos de juros	(66.243)	(78.976)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(245.235)	(367.754)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	151.424	6.852
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	19.802	12.950
No final do exercício	171.226	19.802
	151.424	6.852

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S.A.
(Companhia aberta)

Demonstração do valor adicionado

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receitas		
Receita de pedágio	871.260	807.723
Receita de construção	35.906	28.575
Outras receitas	11.815	11.644
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo de construção	(35.906)	(28.575)
Provisão de manutenção	(11.785)	(11.476)
Custos dos serviços prestados	(67.415)	(66.579)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(40.188)	(46.082)
Valor adicionado bruto	<u>763.687</u>	<u>695.230</u>
Depreciação e amortização	<u>(93.178)</u>	<u>(85.024)</u>
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	<u>670.509</u>	<u>610.206</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	<u>12.273</u>	<u>8.418</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>682.782</u>	<u>618.624</u>
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	29.317	27.676
Benefícios	9.585	9.813
FGTS	1.665	1.532
Outras	919	818
Tributos		
Federais	179.226	154.421
Estaduais	112	117
Municipais	44.141	40.920
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	78.317	88.133
Aluguéis	1.420	1.360
Outorga	60.296	62.738
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos	195.625	162.000
Lucros retidos do exercício	<u>82.159</u>	<u>69.096</u>
	<u>682.782</u>	<u>618.624</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo ViaOeste S.A. (Companhia Aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

a. Constituição e objeto

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede esta localizada à Rodovia Presidente Castello Branco, Km 24 – Lado Par – Conjunto Norte, bairro Jardim Mutinga, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo. A Controladora final da Companhia é a CCR S.A.

A Companhia tem como objeto exclusivo, sob o regime de concessão entre 31 de março de 1998 e 31 de dezembro de 2022, a exploração do Sistema Rodoviário Castello Branco/Raposo Tavares, incluindo as rodovias Presidente Castello Branco (SP 280), Raposo Tavares (SP 270), Senador José Ermírio de Moraes (SP 075) e Dr. Celso Charuri (SP 091), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema e respectivos acessos, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto de acordo com o Edital de Concorrência nº. 008/CIC/97 do Departamento de Estradas de Rodagem - DER de São Paulo. A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão, denominados de ampliações principais:

Marginais da Rodovia Presidente Castello Branco km 13,7 ao km 24,6

Construção de marginais na Rodovia Presidente Castello Branco entre os km 13,7 e km 24,6 (região de Alphaville), concluída no primeiro semestre de 2001.

Duplicação da Rodovia Raposo Tavares km 34,0 ao km 115,5

A duplicação entre os trechos dos km 34,0 ao km 45,0 e dos km 89,0 ao km 115,5 já foram concluídas. A duplicação entre o km 45,0 e km 89,0 deverá ser concluída até 2022, conforme Contrato de Concessão nº. 003/CR/1998, de 30 de março de 1998 e seus Termos Aditivos e Modificativos.

Contornos de São Roque e Brigadeiro Tobias

O contorno de São Roque foi executado no período de setembro de 2006 a agosto de 2007, na Rodovia Raposo Tavares (SP 270). O contorno de São Roque possui uma extensão de 4,5 km, em pista simples, com duas faixas de rolamento e acostamentos, desviando o tráfego pesado do centro do município de São Roque para a rodovia.

O contorno de Brigadeiro Tobias, foi concluído em julho de 2007, na Rodovia Raposo Tavares - SP 270, no distrito de Sorocaba. Da mesma forma que o contorno de São Roque, esta obra permitiu o desvio do tráfego rodoviário do centro urbano do distrito de Brigadeiro Tobias, interligando a Rodovia Raposo Tavares (SP 270) entre o km 87,0 e o km 89,6.

A Companhia também atuou no sentido de viabilizar soluções de investimentos e serviços de infraestruturas no trecho concedido à Companhia, contribuindo para o desenvolvimento das regiões lindeiras. Neste intuito, a Companhia seguiu com os seguintes projetos:

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo ViaOeste S.A.

(Companhia Aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Projeto Cebolão

O Projeto Cebolão consistiu na construção de um complexo viário, que se uniu ao antigo Cebolão, objetivando a redução do congestionamento na chegada à São Paulo, através da Rodovia Presidente Castello Branco. Este projeto também contemplou melhorias no trevo de acesso à Jandira, Itapevi e Aldeia da Serra.

Dentro do escopo desse projeto, o Poder Concedente estendeu a área de atuação da Companhia e autorizou a extensão dos pedágios das praças de Barueri e Osasco para as pistas expressas da Rodovia Presidente Castello Branco.

Marginais de Sorocaba - km 92,0 a km 106,0

Este investimento, com início em setembro de 2008, tem o intuito de atender aos níveis de serviço devido à alta demanda de tráfego rodoviário local, proporcionando mais conforto e fluidez aos usuários. A Companhia liberou para o tráfego de veículos a nova pista da marginal da Rodovia Raposo Tavares entre o km 95 e km 106, conforme abaixo:

- 1ª Etapa: entre os km 99 e km 100 - conclusão em 06/2009.
- 2ª Etapa: entre os km 95 e km 98 - conclusão em 12/2010.
- 3ª Etapa: entre os km 98 e km 99, bem como, entre os km 100 e km 105 - conclusão em 03/2011.
- 4ª Etapa: entre os km 105 e km 106 - conclusão em 01/2013.

A última etapa da construção da marginal da Rodovia Raposo Tavares, entre o km 92 e km 95, está prevista para 2015.

Bens reversíveis

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

b. Procedimento administrativo

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela ViaOeste solicitação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo, referente ao Termo Aditivo Modificativo nº 12/06, de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012, a ViaOeste foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até 20 de setembro de 2013. Em 26 de setembro de 2013, a ViaOeste apresentou seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 13 de janeiro de 2014, a ViaOeste apresentou suas alegações finais. Em 20 de janeiro de 2014, o processo foi suspenso até que seja decidida a pertinência da prova pericial requerida.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo ViaOeste S.A.

(Companhia Aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia.

a) Apuração do resultado

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

b) Receitas de serviços

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização das rodovias pelos usuários.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 – Contratos de construção.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

c) Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados.

Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

- Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo ViaOeste S.A.

(Companhia Aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

d) Capital Social

- Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

- Ações preferenciais

As ações preferenciais são classificadas como patrimônio líquido caso sejam não resgatáveis, ou somente resgatáveis à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo quando designados.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

f) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação.

A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

g) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo ViaOeste S.A.

(Companhia Aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessários para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável.

O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

h) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil estimada.

Direito de concessão gerado na aquisição de negócios.

Os direitos de concessão, gerados na aquisição total ou parcial das ações, refletem o custo de aquisição do direito de operar as concessões. Estes direitos estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizados ao longo do prazo da concessão, linearmente ou pela curva de benefício econômico. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

Os ativos intangíveis possuem vida útil indefinida e têm seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou em períodos menores, caso haja indicadores de perda de valor.

Para maiores detalhes vide nota explicativa nº12.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo ViaOeste S.A.

(Companhia Aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item “r”.

i) Ativos arrendados

- Arrendamento mercantil operacional

Os pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos nos resultados dos exercícios em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento, conforme nota explicativa nº 18.a.

- Arrendamento mercantil financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil que transferem substancialmente para a Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são caracterizados como arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, dos dois o menor.

Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas aplicáveis a cada grupo de ativo ou prazo de concessão, dos dois o menor.

Os pagamentos mínimos de arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa de juros periódica e constante sobre o saldo remanescente do passivo, conforme nota explicativa nº 18.b.

j) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica recuperação do valor perdido, esta recuperação é registrada no resultado.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está impaired, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo ViaOeste S.A.

(Companhia Aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

l) Provisão de manutenção - contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo ViaOeste S.A.

(Companhia Aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

m) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões, mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

n) Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos são capitalizados durante a fase de construção.

o) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo ViaOeste S.A.

(Companhia Aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

A Companhia considerou a adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) para a apuração do imposto de renda e contribuição social.

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627, que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e dispõe sobre a tributação das pessoas residentes no Brasil referente aos lucros auferidos no exterior, além de outras alterações na legislação tributária. Os dispositivos da Medida Provisória entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário 2014, a ser regulamentada pela Receita Federal do Brasil. A Companhia está avaliando os eventuais efeitos da nova norma e aguarda sua regulamentação, para então optar pela data de adoção e a sua conversão em lei. No melhor entendimento da Administração, baseado na opinião de nossos assessores jurídicos, não se espera impactos materiais nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração.

q) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

r) Direito da concessão

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar (divulgado na nota explicativa nº 25) ao Poder Concedente, sob o entendimento do contrato de concessão ser um contrato executório. Nos contratos de concessão a

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo ViaOeste S.A.

(Companhia Aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

relação entre as partes é continuada, havendo obrigações recíprocas a serem cumpridas ao longo de toda a concessão, sendo que o seu cumprimento não ocorre de uma só vez, mas na medida em que se avança no contrato.

Neste tipo de contrato, tanto o concessionário quanto o Poder Concedente possuem o direito de rescisão, sendo que o concessionário será indenizado pelos investimentos realizados e não amortizados. A Administração da Companhia avalia que o contrato de concessão pode ser encerrado sem custos relevantes que não sejam indenizados.

s) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, dependendo de sua classificação.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo ViaOeste S.A.

(Companhia Aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

t) *Demonstrações de valor adicionado*

Foram elaboradas demonstrações do valor adicionado (DVA), nos termos do CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

u) *Novos pronunciamentos e interpretações*

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2013, pelo International Accounting Standards Board - IASB, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do IAS 39: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração	(b)
IFRS 7 E IFRS 9 - Modificações a IFRS 7 E IFRS 9	Determina a data de aplicação mandatória da IFRS 9 e divulgação de transição	(b)
Modificações a IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27	Introduz novas exigências de divulgação a entidades de investimentos	(a)
IAS 32 - Modificações a IAS 32	Compensação de ativos e passivos financeiros	(a)

(a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014; e

(b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

Adicionalmente, os pronunciamentos e as interpretações emitidos pelo IASB e IFRIC, respectivamente, listados a seguir, entraram em vigor no presente exercício e, portanto, foram adotados pela Companhia em suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo ViaOeste S.A.

(Companhia Aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 7 - Modificações na IFRS 7	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros. Estabelece a divulgação - compensação de ativos e passivos financeiros.	(a)
IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 - Modificações a IFRS 7, IFRS 11 e IFRS 12	Demonstrações financeiras consolidadas, negócios em conjunto e divulgações de participações em outras entidades: guia de transição.	(a)
IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas	Substitui as partes do IAS 27 que tratam de quando e como um investidor deve preparar demonstrações financeiras consolidadas e substitui o SIC -12.	(a)
IFRS 11 - Acordos de Participações	Requer o uso do método de equivalência patrimonial para participações em "joint ventures", eliminando o método de consolidação proporcional.	(a)
IFRS 12 - Divulgações de participações em outras entidades	Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas.	(a)
IFRIC 20 - Custos de produção sobre mineração	Esclarece como proceder quanto ao custo de produção associados remoção da superfície de uma mina, inclusive sobre reconhecimento inicial dos ativos, ativos não correntes, depreciação e amortização entre outros.	(a)
IFRS 13 - Valor justo	Estabelece em um único IFRS a estrutura de mensuração do valor justo e exige divulgações sobre o mesmo.	(a)
IAS 19 - Benefícios a empregados	Fornece aos investidores e outros usuários das demonstrações financeiras uma idéia mais clara das obrigações atuais e futuras da empresa, decorrentes de planos de benefícios definidos e como essas obrigações afetarão a posição financeira, o desempenho e os fluxos de caixa.	(a)
IAS 27 (R) e IAS 28 (R) - Modificações	Modificações para equalização com as IFRS 10, 11 e 12.	(a)

(a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aplicadas de maneira consistente.

Em 19 de fevereiro de 2014 foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras.

Reclassificação

Para melhor apresentação dos custos e despesas com serviços, na demonstração do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foi reclassificado o montante de R\$ 7.795 da linha de serviços contida no grupo de despesas gerais e administrativas para a linha de serviços contida no grupo de custo dos bens e/ou serviços vendidos.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo ViaOeste S.A.

(Companhia Aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

- 2 Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICPC01 (R1)
- 7 Provisão para devedores duvidosos
- 8b Impostos diferidos
- 11 Depreciação do ativo imobilizado
- 12 Amortização dos ativos intangíveis
- 17 Provisão para riscos
- 18 Classificação de arrendamento mercantil
- 19 Provisão de manutenção
- 23 Instrumentos financeiros

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Investimentos em títulos financeiros

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo que é determinado para fins de registro contábil e divulgação, é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (BOVESPA e Bloomberg).

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo ViaOeste S.A.

(Companhia Aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito.
- b) Risco de taxas de juros e inflação.
- c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

Abaixo estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos, que potencialmente sujeitam as Companhias à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da TJLP e CDI relativos aos financiamentos em reais, (2) IGP-M e CDI relativo às debêntures, (3) IGP-M relativo ao ônus da concessão e (4) IPCA ou IGP-M relativo à tarifa básica de pedágio. Em relação à esse último item, apesar do Termo Aditivo alterando o índice de reajuste das tarifas de pedágio de São Paulo, de IGP-M para IPCA, garantido o reequilíbrio de eventual perda, o Governo de São Paulo aplicou, nos últimos dois anos, o índice original (IGP-M).

As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 13 e 14.

c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos e debêntures.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo ViaOeste S.A.
(Companhia Aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos (valores brutos dos custos de transação), por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento.

	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 2 e 3 anos</u>	<u>Entre 3 e 4 anos</u>
Financiamentos e arrendamentos mercantis	228	252	69
Debêntures	<u>431.354</u>	<u>374.244</u>	<u>88.230</u>
	<u>431.582</u>	<u>374.496</u>	<u>88.299</u>

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 313.932, substancialmente composto por empréstimos, debêntures e notas promissórias a pagar, conforme mencionado nas notas explicativas nº 13 e 14. Essas dívidas são substancialmente formadas por captações aplicadas em projetos já performados. Além da geração de caixa decorrente das suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Caixa e bancos	2.274	3.152
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	<u>168.952</u>	<u>16.650</u>
	<u>171.226</u>	<u>19.802</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas, em média, à taxa de 99,56% do CDI, equivalente a 8,03% ao ano (8,31% ao ano em 31 de dezembro de 2012).

7. Contas a receber

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Circulante		
Pedágio eletrônico	1.448	1.259
Receitas acessórias	673	490
Outros	<u>-</u>	<u>1</u>
	2.121	1.750
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	<u>(263)</u>	<u>(74)</u>
	<u>1.858</u>	<u>1.676</u>

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo ViaOeste S.A.

(Companhia Aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Idade de vencimentos dos títulos

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Créditos a vencer	1.775	1.528
Créditos vencidos até 60 dias	73	138
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	10	10
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	49	33
Créditos vencidos há mais de 180 dias	214	41
	<u>2.121</u>	<u>1.750</u>

(a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) – É constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda do negócio da Companhia.

8. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	417.629	348.510
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(141.994)	(118.493)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(443)	(574)
Despesas com brindes e associações de classe	(271)	(1.158)
Despesas indedutíveis	(1.222)	(103)
Incentivo relativo ao imposto de renda	4.062	2.891
Outros ajustes tributários	23	23
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(139.845)</u>	<u>(117.414)</u>
Impostos correntes	(139.806)	(106.609)
Impostos diferidos	(39)	(10.805)
	<u>(139.845)</u>	<u>(117.414)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>33,49%</u>	<u>34,07%</u>

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo ViaOeste S.A.
(Companhia Aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Bases ativas		
Depreciação de obras registradas no custo (a)	26.226	24.424
Depreciação de obras realizadas na provisão de manutenção (b)	19.640	18.352
Constituição da Provisão de manutenção (c)	10.885	10.989
Provisão para participação nos resultados (PLR)	723	656
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	766	795
Custo de transação na emissão de títulos	259	188
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	517	25
Provisão para despesa com taxa de manutenção de TAG'S	-	271
Outros	1.230	675
	<u>60.246</u>	<u>56.375</u>
Bases passivas		
Depreciação do ativo imobilizado (fiscal) <i>versus</i> amortização do ativo intangível (contábil) (d)	(88.537)	(85.114)
Custo de empréstimos capitalizados (e)	(18.121)	(18.746)
Amortização linear do Direito da Concessão gerada nas aquisições de negócios - Ágio (fiscal) <i>versus</i> amortização pela curva de benefício econômico (contábil) (f)	(13.013)	(12.779)
Outros	(1.670)	(792)
	<u>(121.341)</u>	<u>(117.431)</u>
Passivo fiscal diferido líquido	<u>(61.095)</u>	<u>(61.056)</u>

- (a) Diferenças temporárias oriundas das depreciações fiscais de obras qualificadas como custo, conforme legislação contábil e societária atual - Lei 11.638/07.
- (b) Diferença temporária oriunda da depreciação fiscal de obras qualificadas no escopo da provisão de manutenção, conforme legislação contábil e societária atual - Lei 11.638/07.
- (c) Constituição da provisão de manutenção, cuja realização ocorrerá nos termos do item “b”, conforme legislação contábil e societária atual - Lei 11.638/07.
- (d) Diferença temporária entre a depreciação fiscal e a amortização contábil de obras qualificadas como melhorias, conforme legislação contábil e societária atual - Lei 11.638/07.
- (e) Diferença temporária entre os custos de empréstimos mantidos no resultado fiscal e a despesa de depreciação oriunda dos custos de empréstimos capitalizados para fins contábeis, conforme legislação contábil e societária atual - Lei 11.638/07.
- (f) Diferença temporária entre a amortização fiscal (linear) e contábil (curva de benefício econômico) do direito de concessão gerado na aquisição de negócios, conforme legislação contábil e societária atual - Lei 11.638/07.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo ViaOeste S.A.

(Companhia Aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	Início da concessão (1)					
	2013	2012				
Circulante	3.297	3.297				

	Início da concessão (1)		Extensão do prazo da concessão (2)		Total	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Não Circulante	26.376	29.673	100.219	82.336	126.595	112.009

- (1) Pagamentos antecipados no início da concessão ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão foram registradas como ativo e estão sendo apropriadas ao resultado durante o período de concessão.
- (2) Para adequação do valor mensal dos custos com outorga fixa na Companhia, a qual o prazo de encerramento da concessão foi estendido sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos está sendo ativada e será apropriada ao resultado no período de extensão da concessão.

10. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações		Saldos	
	Receitas	Serviços Prestados	Ativo Contas a receber	Passivo Fornecedores
Controladora				
CCR S.A. - Divisão Actua (a)	-	11.037	15	16
Outras partes relacionadas				
CGMP (c)	-	4.861	46.523	-
Samm (d)	1.857	-	1.338	189
CPC (b)	-	13.643	11	6
ViaQuatro (e)	-	-	1	-
Rodoanel Oeste (e)	-	-	20	15
Total circulante, 31 de dezembro de 2013			47.908	37
Total não circulante, 31 de dezembro de 2013			-	189
Total, 31 de dezembro de 2013	1.857	29.541	47.908	226
Total, 31 de dezembro de 2012	2.273	34.859	41.861	2.602

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo ViaOeste S.A.
(Companhia Aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Despesas com profissionais chave da administração

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Remuneração (f):		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.581	1.177
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado	1.520	1.355
Previdência privada	41	30
Seguro de vida	<u>6</u>	<u>5</u>
	<u>3.148</u>	<u>2.567</u>

Na AGO realizada em 18 de abril de 2013, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 2.800, a qual não inclui os encargos sociais. O excedente pago em relação ao aprovado, será submetido a ratificação na próxima AGO.

Saldos a pagar ao profissionais chaves:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Remuneração dos administradores (f)	1.069	945

- (a) Prestador exclusivo de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos ao Grupo CCR.
- (b) Refere-se ao contrato de prestação de serviços de obras para manutenção e conservação da Rodovia.
- (c) Referem-se às receitas de pedágio eletrônico cobradas de usuários do sistema Sem Parar, e aos valores de tarifas de pedágio eletrônico os quais serão repassados à Companhia no mês subsequente.
- (d) Refere-se a serviços de transmissão de dados em alta capacidade, através de fibras ópticas.
- (e) Refere-se aos encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores.
- (f) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração: conselho de administração (somente remuneração fixa), diretoria estatutária e diretoria não estatutária.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo ViaOeste S.A.
(Companhia Aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Ativo Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	2013			2012		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Móveis e utensílios	11	3.615	(2.080)	1.535	3.924	(1.909)	2.015
Máquinas e equipamentos	12	36.358	(20.675)	15.683	33.896	(17.546)	16.350
Veículos	20	11.235	(6.594)	4.641	10.146	(6.072)	4.074
Instalações e edificações	5	2.130	(1.986)	144	2.130	(1.952)	178
Sistemas operacionais	16	80.261	(47.456)	32.805	75.929	(39.792)	36.137
Imobilizado em andamento	-	7.503	-	7.503	8.058	-	8.058
		<u>141.102</u>	<u>(78.791)</u>	<u>62.311</u>	<u>134.083</u>	<u>(67.271)</u>	<u>66.812</u>

Movimentação do custo

	2012		2013		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	3.924	5	(692)	378	3.615
Máquinas e equipamentos	33.896	4	-	2.458	36.358
Veículos	10.146	-	(346)	1.435	11.235
Instalações e edificações	2.130	-	-	-	2.130
Sistemas operacionais	75.929	-	(379)	4.711	80.261
Imobilizado em andamento	8.058	8.961	-	(9.516)	7.503
	<u>134.083</u>	<u>8.970</u>	<u>(1.417)</u>	<u>(534)</u>	<u>141.102</u>

	2011		2012		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	3.641	22	(61)	322	3.924
Máquinas e equipamentos	28.409	3	(247)	5.731	33.896
Veículos	9.469	2	(6)	681	10.146
Instalações e edificações	2.130	-	-	-	2.130
Sistemas operacionais	45.182	-	(51)	30.798	75.929
Imobilizado em andamento	22.177	26.884	-	(41.003)	8.058
	<u>111.008</u>	<u>26.911</u>	<u>(365)</u>	<u>(3.471)</u>	<u>134.083</u>

O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, a equipamentos e sistemas em fase de instalação.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 565 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 1.730 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012).

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo ViaOeste S.A.
(Companhia Aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação da depreciação

	2012		2013		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	(1.909)	(367)	196	-	(2.080)
Máquinas e equipamentos	(17.546)	(3.219)	90	-	(20.675)
Veículos	(6.072)	(900)	378	-	(6.594)
Instalações e edificações	(1.952)	(34)	-	-	(1.986)
Sistemas operacionais	(39.792)	(7.916)	252	-	(47.456)
	<u>(67.271)</u>	<u>(12.436)</u>	<u>916</u>	<u>-</u>	<u>(78.791)</u>

	2011		2012		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	(1.593)	(359)	43	-	(1.909)
Máquinas e equipamentos	(14.820)	(2.926)	197	3	(17.546)
Veículos	(5.032)	(1.045)	5	-	(6.072)
Instalações e edificações	(1.916)	(36)	-	-	(1.952)
Sistemas operacionais	(34.161)	(5.676)	48	(3)	(39.792)
	<u>(57.522)</u>	<u>(10.042)</u>	<u>293</u>	<u>-</u>	<u>(67.271)</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

12. Ativos Intangíveis

	Taxa anual de amortização %	2013			2012		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Direitos de exploração da infraestrutura concedida (b)	(*)	1.247.077	(378.175)	868.902	1.216.288	(311.927)	904.361
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	9.664	(6.090)	3.574	9.532	(4.984)	4.548
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	1.352	(1.063)	289	1.352	(905)	447
Direito da concessão (c)	(*)	251.709	(88.736)	162.973	251.709	(75.506)	176.203
		<u>1.509.802</u>	<u>(474.064)</u>	<u>1.035.738</u>	<u>1.478.881</u>	<u>(393.322)</u>	<u>1.085.559</u>

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo ViaOeste S.A.
(Companhia Aberta)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação do custo

	2012		2013			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Ressarcimento de obras (**)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida (b)	1.216.288	36.676	-	402	(6.289)	1.247.077
Direitos de uso de sistemas informatizados	9.532	-	-	132	-	9.664
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	1.352	-	-	-	-	1.352
Direito da concessão (c)	251.709	-	-	-	-	251.709
	<u>1.478.881</u>	<u>36.676</u>	<u>-</u>	<u>534</u>	<u>(6.289)</u>	<u>1.509.802</u>

	2011		2012			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Ressarcimento de obras (**)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida (b)	1.211.826	27.658	(1.010)	859	(23.045)	1.216.288
Direitos de uso de sistemas informatizados	6.927	33	(10)	2.582	-	9.532
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	1.322	-	-	30	-	1.352
Direito da concessão (c)	251.709	-	-	-	-	251.709
	<u>1.471.784</u>	<u>27.691</u>	<u>(1.020)</u>	<u>3.471</u>	<u>(23.045)</u>	<u>1.478.881</u>

Movimentação da amortização

	2012		2013	
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(311.927)	(66.248)	-	(378.175)
Direitos de uso de sistemas informatizados	(4.984)	(1.106)	-	(6.090)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(905)	(158)	-	(1.063)
Direito da concessão (c)	(75.506)	(13.230)	-	(88.736)
	<u>(393.322)</u>	<u>(80.742)</u>	<u>-</u>	<u>(474.064)</u>

	2011		2012	
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(250.635)	(61.567)	275	(311.927)
Direitos de uso de sistemas informatizados	(4.131)	(864)	11	(4.984)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(665)	(240)	-	(905)
Direito da concessão (c)	(63.195)	(12.311)	-	(75.506)
	<u>(318.626)</u>	<u>(74.982)</u>	<u>286</u>	<u>(393.322)</u>

(*) Amortização pela curva de benefício econômico.

(**) Refere-se ao reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras realizadas pela Companhia, conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº 20.

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível;

(b) Do montante de R\$ 1.247.077, em 31 de dezembro de 2013, R\$ 33.193 referem-se à intangível em fase de construção e não disponibilizado ao usuário;

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo ViaOeste S.A.

(Companhia Aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (c) Direito da Concessão: refere-se ao ágio reassumido na reorganização societária, conforme estabelecido no Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação datado de 28 de junho de 2005.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 2.349 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 1.758 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012). A taxa média anual de capitalização no exercício de 2013 foi de 6,99% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 7,40% a.a. no exercício de 2012.

13. Financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros

Em moeda nacional	Taxas Contratuais		Vencimentos		2013	2012
(1) HSBC Bank Brasil S.A. (Finame)	7,70% a.a.	Agosto de 2013	-	93	(a)	
(1) Alfa S.A. (Finame)	7,00% a.a.	Mai de 2015	63	107	(a)	
(1) e (3) Alfa S.A. (Finame)	5,5% a.a.	Julho de 2017	419	530	(a)	
(3) Alfa S.A. (Arrend. Mercantil)	CDI + 1,5% a.a.	Setembro de 2013	-	447	(a)	
(2) Itaú Leasing S.A. (Arrend. Mercantil)	1,2321% a.m.	Julho de 2014	67	169	(a)	
Total			549	1.346		
Total circulante			228	798		
Total não circulante			321	548		

Garantias:

- (a) Bens financiados.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2013
2015	135
2016	117
2017	69
	321

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

- (1) Nos financiamentos junto aos contratos de FINAME, quando a TJLP for superior à taxa de 6% ao ano, a diferença será capitalizada ao saldo devedor, o qual será liquidado financeiramente conforme o cronograma de amortizações originalmente previsto.
- (2) Em 21 de julho de 2011, a Companhia firmou o contrato de arrendamento mercantil com Banco Itaú Leasing S.A., no montante de R\$ 280, com pagamento de principal e juros em 36 parcelas mensais e com vencimento final em 21 de julho de 2014. A taxa de juros é de 1,23% a.m.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo ViaOeste S.A.
(Companhia Aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (3) Em 29 de outubro de 2012, a Companhia captou R\$ 525 através de Finame junto ao Banco Alfa, com remuneração fixa de juros de 5,50% ao ano, com vencimento em 17 de julho de 2017 e pagamentos mensais de juros e principal no respectivo dia 15.

14. Debêntures e notas promissórias

	Taxas Contratuais (% a.a.)	Custo efetivo (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldo de custo de transação a apropriar	Vencimentos	2013	2012
3a. Emissão Série Única	110,5% do CDI	0,2201% (a)	740	82	Fevereiro de 2015	66.451	109.843 (b)
4a. Emissão Série Única	108,3% do CDI	0,1723% (a)	3.862	1.902	Maio de 2017	621.216	751.670 (c)
Cetip (Notas promissórias)	104,4% do CDI	0,1629% (a)	325	271	Outubro de 2014	203.906	- (d)
Total				<u>2.255</u>		<u>891.573</u>	<u>861.513</u>
Debêntures e Notas Promissórias						431.354	183.026
Custo de transação						<u>(1.268)</u>	<u>(1.358)</u>
Total circulante						<u>430.086</u>	<u>181.668</u>
Debêntures						462.474	681.846
Custo de transação						<u>(987)</u>	<u>(2.001)</u>
Total não circulante						<u>461.487</u>	<u>679.845</u>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2013
2015	197.772
2016	176.472
2017	88.230
	<u>462.474</u>

A seguir especificamos as principais condições, garantias e restrições vinculadas às emissões de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro de debêntures. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

- (b) Em 20 de fevereiro de 2011, foi realizada a 3ª emissão pública de debêntures, no total de 150.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, série única, da espécie subordinada, sem garantias, com valor nominal total de R\$ 150.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 21 de fevereiro de 2011 pelo mesmo montante.

Os juros estão sendo pagos em 8 parcelas semestrais, entre 20 de fevereiro de 2012 e de 2015. A amortização do principal está sendo realizada em 8 parcelas semestrais, entre 20 de fevereiro de 2012 e de 2015, podendo ser totalmente resgatadas, a qualquer momento, a critério da emissora.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo ViaOeste S.A.

(Companhia Aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A principal obrigação e cláusula restritiva é não distribuir dividendos ou efetuar pagamento de juros sobre capital próprio, em valor superior ao mínimo legal, caso o resultado da divisão “Dívida líquida/EBITDA” seja superior a 4 e/ou o ICSD seja inferior a 1,2.

- (c) Em 28 de abril de 2012, a Companhia realizou a 4ª emissão pública de 75.000 debêntures, simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública, com valor nominal total de emissão de R\$ 750.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 10 de maio de 2012, no valor total de R\$ 751.887.

O valor nominal das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Amortização: em 17 parcelas iguais, trimestrais e sucessivas, iniciando-se a primeira em 28 de maio de 2013;
- Juros: trimestralmente, entre 28 de maio de 2012 e 28 de maio de 2017.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente e/ou amortizadas parcialmente, a qualquer momento, a critério da emissora, mediante pagamento de prêmio de resgate de no máximo 0,75% incidente sobre o valor do resgate e/ou amortização.

Esta emissão não conta com garantias.

Os principais critérios para o vencimento antecipado são:

- Ocorrência de qualquer alteração na composição societária da Companhia que venha a resultar na alienação do seu controle acionário a terceiros, sem prévia e expressa aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das debêntures em circulação, restando autorizadas as hipóteses de transferência de controle dentro do grupo econômico da CCR.
 - Caso a Companhia, sem que haja a aprovação prévia da maioria simples dos debenturistas, realize uma ou mais novas emissões de debêntures que, na data de cada respectiva emissão, leve o índice de dívida líquida/EBITDA a um valor superior a 4, calculado com base nas demonstrações financeiras mais recentes divulgadas à CVM e ao mercado, ressalvado, contudo, emissões cuja totalidade ou parcela dos recursos captados sejam, destinados ao pré-pagamento e liquidação das debêntures da presente emissão, as quais não estão sujeitas ao limite estabelecido neste item;
 - Redução do capital social da Companhia sem que haja anuência prévia da maioria simples dos titulares das debêntures em circulação;
 - Constituir ou permitir a constituição, em garantia de novas dívidas, de quaisquer ônus, encargos ou gravames sobre qualquer um de seus ativos atualmente existentes ou doravante adquiridos.
- (d) Em 11 de outubro de 2013, foi contratada nota promissória comercial no valor de R\$ 200.000, junto ao Banco BTG Pactual, com vencimento de juros e principal em 06 de outubro de 2014, fazendo jus ao pagamento dos juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 104,45% do CDI, sem garantias.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo ViaOeste S.A.
(Companhia Aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Fornecedores

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	6.069	10.351
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	107	136
Cauções e retenções contratuais (b)	<u>8.504</u>	<u>7.270</u>
	<u>14.680</u>	<u>17.757</u>

(a) Os saldos da Companhia referem-se principalmente aos valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

(b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas desses prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

16. Impostos e contribuições a recolher e parcelados

a) Obrigações fiscais federais, estaduais e municipais – a recolher

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
IRPJ e CSLL	50.598	24.287
ISS	3.978	3.682
COFINS	2.325	2.125
PIS	504	460
PIS, COFINS e CSLL Retidos	184	263
IRRF	82	105
INSS Retidos	<u>298</u>	<u>372</u>
	<u>57.969</u>	<u>31.294</u>

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo ViaOeste S.A.
(Companhia Aberta)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
 FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Obrigações fiscais federais parceladas

	2012		2013		
	Saldo inicial	Juros	Realização	Transferências	Total
Circulante					
Parcelamento Lei 11.941/09	6.147	370	(6.482)	6.480	6.515
Não circulante					
Parcelamento Lei 11.941/09	55.213	3.078	-	(6.480)	51.811
Total	61.360	3.448	(6.482)	-	58.326

	2011		2012		
	Saldo inicial	Juros	Realização	Transferências	Total
Circulante					
Parcelamento Lei 11.941/09	5.734	413	(6.121)	6.121	6.147
Não circulante					
Parcelamento Lei 11.941/09	57.472	3.862	-	(6.121)	55.213
Total	63.206	4.275	(6.121)	-	61.360

Os impostos parcelados através da Lei nº. 11.941/09 foram homologados pela Receita Federal do Brasil em junho de 2011, para pagamento em até 180 parcelas, mensais, iguais e consecutivas, atualizadas mensalmente com base na taxa Selic. Os pagamentos iniciaram-se em junho de 2011.

17. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo ViaOeste S.A.
(Companhia Aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2012</u>		<u>2013</u>		
	Saldo inicial	Constituição	Pagamentos	Reversão	Saldo final
Não circulante					
Cíveis e administrativos	950	817	(229)	(611)	927
Trabalhistas e previdenciários	1.388	347	(64)	(345)	1.326
	<u>2.338</u>	<u>1.164</u>	<u>(293)</u>	<u>(956)</u>	<u>2.253</u>
	<u>2011</u>		<u>2012</u>		
	Saldo inicial	Constituição	Pagamentos	Reversão	Saldo final
Não circulante					
Cíveis e administrativos	957	817	(824)	-	950
Trabalhistas e previdenciários	1.224	257	(93)	-	1.388
	<u>2.181</u>	<u>1.074</u>	<u>(917)</u>	<u>-</u>	<u>2.338</u>

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos, nas esferas cível e trabalhista, nos montantes de R\$ 10.340 e R\$ 460, respectivamente.

A Companhia possui outras contingências passivas relativas a questões trabalhistas e cíveis, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos momentos indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Cíveis e administrativos	11.253	12.452
Trabalhistas	1.294	3.000
	<u>12.547</u>	<u>15.452</u>
Fianças	959	850
	<u>959</u>	<u>850</u>

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo ViaOeste S.A.
(Companhia Aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Arrendamento Mercantil

a) Operacional

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

	<u>2013</u>
Até um ano	553
Acima de um ano e até cinco anos	<u>91</u>
	<u>644</u>

A Companhia opera com 33 veículos de frota com contrato de arrendamento mercantil operacional. Os contratos possuem prazo de duração de no máximo 24 meses, com cláusulas de opção de renovação, sem opção de compra e com reajustamento a cada 12 meses pelo IGP-M.

A Companhia reconheceu despesas com operações de arrendamento mercantil operacional, no montante de R\$ 876 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 826 em 31 de dezembro de 2012).

b) Financeiro

A Companhia possui ativos num montante de R\$ 2.478 obtidos por meio de contratos de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de até três anos, com cláusula de opção de compra.

	<u>2013</u>	
	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor presente</u>
Até um ano	73	67

Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado da Companhia.

Ativo imobilizado - valor residual

	Taxa média anual de depreciação %	<u>2013</u>			<u>2012</u>		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Veículos	21	<u>2.478</u>	<u>(1.543)</u>	<u>935</u>	<u>2.820</u>	<u>(1.195)</u>	<u>1.625</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia reconheceu como despesa financeira o montante de R\$ 28 e R\$ 523 relativos à despesa de depreciação.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo ViaOeste S.A.
(Companhia Aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	Valor nominal		Valor presente	
	2013	2012	2013	2012
Até um ano	73	601	67	549
Acima de um ano e até cinco anos	-	78	-	67
	<u>73</u>	<u>679</u>	<u>67</u>	<u>616</u>

Os valores presentes acima foram calculados com base na taxa de juros dos contratos de arrendamento mercantil.

19. Provisão de manutenção

	2012			2013		
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Saldo Final
Circulante	18.240	9.488	4.360	(15.865)	2.425	18.648
Não circulante	14.079	2.297	(584)	-	(2.425)	13.367
Total	<u>32.319</u>	<u>11.785</u>	<u>3.776</u>	<u>(15.865)</u>	<u>-</u>	<u>32.015</u>
	2011			2012		
Circulante	11.572	14.500	4.432	(12.264)	-	18.240
Não circulante	17.832	(3.024)	(729)	-	-	14.079
Total	<u>29.404</u>	<u>11.476</u>	<u>3.703</u>	<u>(12.264)</u>	<u>-</u>	<u>32.319</u>

As taxas para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 2009 e de 2010 a 2013 são de 14,75% a.a., 12,34% a.a., 12,62% a.a., 8,20% a.a., 10,14% a.a., respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia é de R\$ 139.763, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 13.976.292.242 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 6.988.146.121 ordinárias e 6.988.146.121 preferenciais.

Não houve movimentação das ações durante os exercícios de 2013 e 2012.

b) Reserva de lucros

- Reserva legal

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo ViaOeste S.A.

(Companhia Aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei n°. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, o qual já foi atendido.

- *Reserva de retenção de lucros*

É constituída para a aplicação em investimentos em infraestrutura previstos no orçamento de capital, aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

c) Reserva de capital

A reserva de capital, no montante de R\$ 2.677, é oriunda da diferença entre o valor do acervo líquido incorporado e o valor do patrimônio líquido da Wolfson Empreendimentos Ltda., por ocasião de sua incorporação conforme estabelecido no Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação datado de 28 de junho de 2005.

d) Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que potencialmente poderiam diluir os resultados por ação.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Numerador		
Lucro líquido disponível	277.784	231.096
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias - básico e diluído	6.988.146.121	6.988.146.121
Média ponderada de ações preferenciais - básico e diluído	6.988.146.121	6.988.146.121
Lucro por ação ordinária - básico e diluído	0,01893	0,01570
Lucro por ação preferencial - básico e diluído	0,02082	0,01730

e) Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n°. 6.404/76).

Em 30 de abril de 2013, foi aprovada em AGE, e foi efetuada a distribuição de dividendos no montante de R\$ 40.000, correspondente a R\$ 2,7257041735 por lote de 1.000 (mil) ações ordinárias e R\$ 2,99827459085 por lote de 1.000 (mil) ações preferenciais, sendo referente a dividendos intermediários a contra parte de reserva de retenção de lucros.

Em 29 de outubro de 2013, foi aprovada em AGO, e foi efetuada a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 162.625 sobre os lucros apurados no período compreendido entre 1º janeiro de 2013 e 30 de setembro de 2013, correspondente a R\$ 11,08169103 por lote de mil ações ordinárias e R\$ 12,189860134 por lote de mil ações preferenciais.

A Administração propõe a distribuição complementar de dividendos aos seus acionistas, referentes ao exercício de 2013, no montante de R\$ 33.000, correspondentes a R\$ 0,0023611 por ação, a ser submetido à aprovação da AGO de 2014.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo ViaOeste S.A.
(Companhia Aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Receitas

	2013	2012
Receitas de pedágio	871.260	807.723
Receitas de construção (ICPC 01)	35.906	28.575
Receitas acessórias	11.815	11.644
Receita bruta	918.981	847.942
Impostos sobre receitas	(76.609)	(70.838)
Devoluções e abatimentos	194	145
Deduções da receita bruta	(76.415)	(70.693)
Receita líquida	842.566	777.249

22. Resultado financeiro

	2013	2012
Despesas financeiras		
Juros e variação monetária sobre financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil	(71.873)	(83.004)
Juros sobre impostos parcelados	(3.448)	(4.275)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(3.776)	(3.703)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(2.581)	(1.776)
Capitalização de custos dos empréstimos	2.914	3.488
Juros e multas sobre obrigações fiscais e sociais	-	(73)
	(78.764)	(89.343)
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	8.049	5.780
Variação monetária sobre debêntures	-	149
Juros e outras receitas financeiras	4.224	2.489
	12.273	8.418
Resultado financeiro líquido	(66.491)	(80.925)

23. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Companhia possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco,

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo ViaOeste S.A.

(Companhia Aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	2013			2012		
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	168.952	-	-	16.650	-	-
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	109	-	-	105	-	-
Contas a receber de clientes	-	1.858	-	-	1.676	-
Contas a receber partes relacionadas	-	47.908	-	-	41.861	-
Passivos						
Arrendamento Mercantil	-	-	(67)	-	-	(616)
Financiamentos	-	-	(482)	-	-	-
Debêntures (a)	-	-	(891.573)	-	-	(861.513)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(21.648)	-	-	(25.985)
Fornecedores e contas à pagar partes relacionadas	-	-	(226)	-	-	(2.602)
Aumento de capital partes relacionadas	-	-	(1.724)	-	-	(1.724)
Total	169.061	49.766	(915.720)	16.755	43.537	(892.440)

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras:** são definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações;
- **Contas a receber partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar:** os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações;
- **Financiamentos:** consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos;
- **Debêntures:** são classificadas como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos os saldos apurados seriam os seguintes:

	2013		2012	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures e Nota Promissória (*)	893.828	903.969	864.872	876.230

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo ViaOeste S.A.

(Companhia Aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(*) Os valores estão brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base nas taxas contratuais futuras obtidas na BOVESPA mais cupom e trazendo a valor presente pelas taxas de mercado, equivalentes às taxas contratuais projetadas.

Hierarquia de valor justo

A Companhia somente detém instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo qualificados no nível 2, correspondentes a aplicações financeiras de curto prazo, nos valores de R\$ 168.952 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 16.650 em 31 de dezembro de 2012).

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475, apresentamos no quadro a seguir, os valores nominais referentes aos juros e variações monetárias para os contratos de debêntures e notas promissórias com taxas pós-fixadas, no horizonte de até 31 de dezembro de 2013. Os valores correspondem aos efeitos calculados para um período de doze meses a partir da data dessas demonstrações financeiras ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Os cálculos foram efetuados com base na posição em aberto de cada operação, na data dessas demonstrações financeiras, não levando em consideração eventuais vencimentos intermediários. As taxas definidas para o cenário provável foram adicionadas, nos cenários A e B dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, definidos na referida Instrução.

Abaixo estão demonstrados os valores nominais referentes aos juros e variações monetárias sobre debêntures e notas promissórias com taxas pós-fixadas.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ ⁽³⁾	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos Financeiros						
Debêntures	Aumento do CDI	Fevereiro de 2015	66.533	(7.249)	(9.072)	(10.900)
Debêntures	Aumento do CDI	Abril de 2017	623.118	(66.466)	(83.165)	(99.896)
Notas Promissórias	Aumento do CDI	Outubro de 2014	204.177	(15.722)	(19.607)	(23.475)
Total do efeito de perda				<u>(89.437)</u>	<u>(111.844)</u>	<u>(134.271)</u>
As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾:						
CDI ⁽²⁾				9,77%	12,21%	14,66%

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo ViaOeste S.A.

(Companhia Aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo.

No item (2), está detalhada a premissa para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/12/2013, divulgada pela CETIP.
- (3) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 31/12/2013 quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

Além dos índices variáveis demonstrados no quadro anterior, parte dos contratos possui taxas fixas incidentes sobre o saldo atualizado, as quais também estão consideradas nos cálculos. Não foram calculados valores de sensibilidade para os contratos indexados à TJLP (Finame), em virtude de se considerar que a TJLP, por ser uma taxa de longo prazo e administrada pelo Governo Federal, não está sujeita a variações relevantes de curto prazo e, portanto, não oferecendo riscos relevantes de elevação no contexto das operações da Companhia.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros.

A Administração da Companhia, revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

24. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2013, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia estão resumidas conforme a seguir:

- Responsabilidade civil - R\$ 55.000;
- Riscos de engenharia - conservação e manutenção - R\$ 36.000;
- Riscos de engenharia - ampliação e melhoramentos - R\$ 3.626;
- Riscos patrimoniais/operacionais - R\$ 60.000;
- Perda de receita - R\$ 80.615;

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo ViaOeste S.A.

(Companhia Aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Veículos: cobertura para danos materiais R\$ 52.000, sendo (R\$ 500 por veículo) e para danos morais R\$ 10.400, sendo (R\$ 100 por veículo).

Além disso, a Companhia possui três apólices de seguro garantia no valor total de R\$ 959.117, cobrindo riscos relativos às obrigações previstas no Contrato de Concessão, tendo como beneficiário o Poder Concedente.

25. Compromissos vinculados a contratos de concessão

a) Decorrente do direito de outorga fixa

Refere-se ao preço da delegação do serviço público assumido no processo de licitação, determinado com base em valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, conforme demonstrado a seguir:

	<u>Valor nominal</u>		<u>Valor presente</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Outorga fixa a pagar	232.367	271.271	204.786	239.292

O compromisso será pago em parcelas mensais e iguais até fevereiro de 2018, corrigidas monetariamente pela variação do IGP-M, em julho de cada ano.

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 5% ao ano, compatível com a taxa estimada para a emissão da dívida com prazo similar ao ônus da outorga na data do início da concessão, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

Esses compromissos atualizados até 31 de dezembro de 2013 estavam assim distribuídos:

	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor presente</u>
2014	55.768	53.010
2015	55.768	50.486
2016	55.768	48.081
2017	55.768	45.792
2018	<u>9.295</u>	<u>7.417</u>
Total	<u>232.367</u>	<u>204.786</u>

A Companhia não efetuou o pagamento ao Poder Concedente das parcelas referentes ao direito de outorga fixa relativas ao período de janeiro a março de 2013 no montante de R\$ 6.289, autorizada pelo Termo Aditivo Modificativo N° 20, como parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras realizadas. A partir de abril de 2013 o pagamento referente ao direito de outorga fixa voltou a ser efetuado e totalizou no período o montante de R\$ 54.136.

b) Decorrente do direito de outorga variável

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia do mês subsequente, correspondente a 3% da receita mensal bruta, exceto para

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo ViaOeste S.A.

(Companhia Aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

os meses de julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro, cuja alíquota foi de 1,5% conforme autorizado pelo Poder Concedente.

O saldo de outorga variável a pagar em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 1.147 (R\$ 2.092 em 31 de dezembro de 2012)

No decorrer do período foi pago ao Poder Concedente, o montante de R\$ 21.691 referente ao direito de outorga variável (R\$ 24.567 em 31 de dezembro de 2012).

A Companhia não efetuou o desembolso em espécie, para honrar os pagamentos da parcela da outorga variável, no período compreendido entre janeiro de 2012 até março de 2013, devido autorização previsto pelo Termo Aditivo Modificativo No. 20, que permite parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras realizadas.

c) Compromissos com o Poder Concedente

A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Em 31 de dezembro de 2013 esses compromissos totalizavam R\$ 488.746 (R\$ 520.663 em 31 de dezembro de 2012) e refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente, atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário e não incluem eventuais investimentos contingentes.

d) Obras a executar

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Não circulante		
Obrigações com o Poder Concedente	5.774	6.862

Implantação dos contornos dos trechos urbanizados de São Roque e de Brigadeiro Tobias conforme Termo Aditivo Modificativo nº 7.

26. Plano de previdência privada (contribuição definida)

Os montantes reconhecidos como despesas nos períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, relativo ao plano de previdência privada (contribuição definitiva) estão demonstradas abaixo:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
		(Reapresentado)
Plano de previdência privada (contribuição definida)	341	313

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo ViaOeste S.A.
(Companhia Aberta)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Demonstração dos fluxos de caixa

No exercício de 2013, houve a compensação de transações não caixa no montante de R\$ 9.561 na rubrica “Aquisição de ativo intangível” contida no fluxo de caixa das atividades de investimentos contra a rubrica “Fornecedores” contida no fluxo de caixa das atividades operacionais.

Composição do Conselho de Administração

Renato Alves Vale	Presidente
Ítalo Roppa	Vice-Presidente
Antônio Linhares da Cunha	Conselheiro
Arthur Piotto Filho	Conselheiro
Marcus Rodrigues de Senna	Conselheiro
Leonardo Couto Vianna	Conselheiro

Composição da Diretoria

Maurício Soares Negrão	Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores
Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Diretor

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452/O-3



Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A.
Rodovia Presidente Castello Branco, km 24, lado par (sentido leste)
Conjunto Norte - Jardim Mutinga - 06463-400 - Barueri - SP
tel: 55 (11) 2664 6000 - fax: 55 (11) 2664 6088
www.grupoccr.com.br/viaoeste



**CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO
OESTE DE SÃO PAULO – VIAOESTE S.A.**
CNPJ/MF nº 02.415.408/0001-50
NIRE 35300154363

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
DA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO – VIAOESTE
S.A. A SER REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2014**

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA 2014

Nos termos do artigo 196 da Lei de Sociedades Anônimas e do artigo 25, §1º, inciso IV da Instrução Normativa da CVM nº 480/09, apresentamos a Vossas Senhorias para análise e posterior aprovação na AGO da Companhia, a proposta de Orçamento de Capital para o exercício de 2014, no valor de R\$ 118.514.000,00 (Cento e dezoito milhões, quinhentos e quatorze mil reais) conforme fontes de financiamento abaixo, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 19 de fevereiro de 2014.

Proposta de Orçamento de Capital: R\$ 118.514.000,00

Aplicações

Investimento planejado para atendimento a compromissos da
Companhia R\$ 118.514.000,00

Origens/Fontes de Financiamento

Reserva de Retenção de Lucros até 31 de dezembro de 2013 R\$ 111.255.823,19

Outros Recursos Próprios e/ou de Terceiros R\$ 7.258.176,81

Barueri, 19 de fevereiro de 2014.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Renato Alves Vale
Presidente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes, emitido em 19 de fevereiro de 2014 e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Barueri, 19 de fevereiro de 2014.



EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO

Diretor Presidente e de Relação com Investidores



MARCELO BANDEIRA FERREIRA BOAVENTURA

Diretor da Companhia